

Congonhas

CÂMARA MUNICIPAL

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama



PROJETO DE LEI Nº 29 /2022

ESTABELECE NORMAS PARA APROVAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO E DE REPASSES DE RECURSOS FINANCEIROS MUNICIPAIS A ENTIDADES.

A Câmara Municipal de Congonhas aprovou e eu, Prefeito, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Em conformidade com Artigo 95 da Lei Orgânica Municipal, compete à Câmara Municipal aprovar e fiscalizar o repasse de recursos financeiros municipais a entidades privadas e a organizações políticas e sociais, assegurando a eficácia e a eficiência na gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Município.

Art. 2º A aprovação de quaisquer repasses financeiros dar-se-á mediante análise de planos de trabalho com metas detalhadas, que devem ser encaminhados à Câmara Municipal, via Projeto de Lei, com o prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes de sua votação.

§1º Por “metas detalhadas” entende-se o estabelecimento de um rol de atividades específicas, mensuráveis quantitativa e qualitativamente, com indicadores objetivos e claros.

§2º Esse detalhamento também deve ser aplicado à forma de aplicação dos recursos, buscando-se máxima harmonia entre o atendimento às metas e os repasses financeiros.

Art. 3º O prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da votação também deverá ser obedecido para a aprovação de prorrogação de prazos ou renovação de contratos, considerando uma nova análise do plano de trabalho.

Art. 4º Ao fim do contrato, deverá ser encaminhado à Câmara Municipal um relatório detalhado apontando o cumprimento das metas contidas no plano de trabalho e a forma de aplicação dos recursos.

Parágrafo único – Em caso de inconformidades no uso dos recursos e inobservância do plano de trabalho aprovado pela Câmara Municipal, poderá ser instituída uma Comissão Especial de Inquérito para apurar os fatos, podendo-se, inclusive, encaminhar um relatório para o Tribunal de Contas.

Art. 5º A tramitação em regime de urgência de Projetos de Lei que solicitam repasses financeiros só será permitida em casos excepcionais, comprovada a incapacidade de o Poder Executivo ter encaminhado o pedido com antecedência.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 19 de abril de 2022.

IGOR JONAS SOUZA COSTA
VEREADOR

LUCAS SANTOS VICENTE
VEREADOR

Câmara Municipal de Congonhas



PROTOCOLO GERAL 1231/2022
Data: 25/04/2022 - Horário: 14:35
Legislativo

Centro, Congonhas/MG – Telefone: (31) 3731-1840 – E-mail: camara@congonhas.mg.leg.br



EM BRANCO

JUSTIFICATIVA

Está assegurada pela Lei Orgânica Municipal a competência da Câmara Municipal para aprovação e fiscalização do uso dos recursos públicos municipais. Assim diz a norma:

Art. 95. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração indireta é exercida pela Câmara, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder ou entidade.

§ 1º - O controle externo, a cargo da Câmara, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º - Os poderes Legislativo e Executivo e as entidades da administração indireta manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas nos respectivos planos plurianuais e a execução dos programas de governo e orçamentos;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, e da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle de operação de crédito, avais e garantias, e o de seus direitos e haveres;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Nesse sentido, o presente Projeto de Lei tem como objetivo regulamentar a forma como essa fiscalização deve ser feita. Estabelece-se, para tanto, dois tempos para o exercício dessa função: *ex ante* (quando da aprovação do plano de trabalho e da autorização para repasse financeiro) e *ex post* (quando da aprovação do relatório de cumprimento das metas do plano de trabalho).

O estabelecimento do prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis tem como objetivo eliminar uma prática corriqueira da Administração Pública Municipal, que encaminha para a Câmara os Projetos de Lei solicitando aprovação de repasse de recursos com o prazo curtíssimo, quando não em regime de urgência. Essa prática revela não somente uma falha grave de planejamento, mas também um desrespeito ao trabalho de fiscalização dos parlamentares.

Tendo a ciência da importância dessa proposição, solicitamos aos Excelentíssimos Edis sua aprovação.

Congonhas, 19 de abril de 2022.



IGOR JONAS SOUZA COSTA
VEREADOR



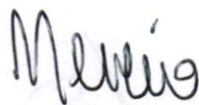
LUCAS SANTOS VICENTE
VEREADOR

EM BRANCO

Projeto de Lei nº 029/2022

Matéria lida em Plenário – 13ª Reunião Ordinária – 26/04/2022.

Câmara Municipal de Congonhas, aos 26 de abril de 2022.



Hemerson Ronan Inácio

Presidente
Mesa Diretora



EM BRANCO

Congonhas

CÂMARA MUNICIPAL

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama



À Secretaria do Legislativo,

Em consonância ao artigo 147 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Congonhas, "*Art. 147 -- No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior que se achem sem parecer, exceto as proposições sujeitas à deliberação em prazo certo.*". DETERMINO o arquivamento dos projetos abaixo relacionados:

Projetos de Resolução:

- 002/2021
- 006/2022

Projetos de Lei:

- 057/2020
- 050/2021
- 051/2021
- 078/2021
- 029/2022
- 068/2022
- 081/2022
- 014/2023
- 020/2023
- 084/2023
- 091/2023
- 014/2024
- 031/2024
- 045/2024
- 079/2024
- 080/2024

Congonhas, 13 de janeiro de 2025.

VERALDO PEREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa Diretora
Câmara Municipal de Congonhas

EM BRANCO

Projeto de Lei nº 029/2022

Matéria encaminhada ao Arquivo com despacho da Presidência em consonância ao artigo 147 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Congonhas.

“Art. 147 – No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior que se achem sem parecer, exceto as proposições sujeitas à deliberação em prazo certo.”

Trâmite finalizado.

Câmara Municipal de Congonhas, 06 de fevereiro de 2025.



Fabiana Bittencourt
Secretaria do Legislativo

EM BRANCO